

Os *polyt(r)opoi* do discurso: sobre o lugar, o lastro e a dobra na linguagem contemporânea

The polyt(r)opoi of discourse: on the place, discursive backing and folding in contemporary language

Alexandre André Nodari

Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) | Florianópolis | SC | BR

CNPq

alexandre.nodari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9519-145X>

Resumo: Partindo da noção de perda do lastro discursivo aventada por Lucius Provase e da multissituacionalidade de todo discurso, busco, a título exploratório e sem pretender chegar a conclusões, levantar algumas questões em torno da linguagem contemporânea, em especial a da planificação da dobra constitutiva de todo dizer.

Palavras-chave: Lastro discursivo; multissituacionalidade; dobra

Abstract: As Lucius Provase stated, nowadays discourse no more is backed by the conventions that did so until recently. Hence, discourse multissituationality and its constitutive folding give place to language planification. Here, in an exploratory fashion, some questions around this scenario are raised, without, however, intending to solve them.

Keywords: Discursive backing; multissituationality; fold



ἄνδρα μοι ἔννεπε, μοῦσα, πολύτροπον

Odisseia

Homero

Tell me about a complicated man, Muse

Tradução de Emily Wilson¹

1.

Todo discurso é multissituado. Sempre se fala de mais de um lugar e de mais de um tempo, ou melhor, de mais de uma historicidade, em suma, de mais de uma posição: raça, gênero, idade, língua, local (pois também o lugar fala no lugar de fala - eis talvez o sentido profundo da ecologia, a fala do lugar) - todos termos inexatos, que têm conotação estática, quando a posição indica uma dinâmica interativa. A fala não tem um lugar, pois tem muitos lugares, e é por isso que ela sempre pode ter lugar - em qualquer lugar. Tais posições jamais coincidem; pelo contrário, se sobrepõem, se justapõem, são conflitantes, se contradizem: todo discurso é problemático, porque só pode se dar a partir de uma multiplicidade que não se fecha, e que é, por natureza, auto-contraditória, que jamais forma um Todo. Toda fala está ao mesmo tempo no lugar e fora do lugar: o fora (do lugar, do texto) não é absoluto, mas relativo: a própria diferença entre as posições. É por isso que não é possível reduzir qualquer enunciado a uma situação enunciativa única, a um só contexto. E é por isso, por esse excesso de contextos, por um enunciado jamais aderir plenamente a *uma* situação enunciativa que todo discurso é (re)iterável, recontextualizável. Como Derrida o formulou paradoxalmente: não há fora do texto e só há fora do texto.² *Não há fora do texto e só há fora do texto* porque toda enunciação está embutida no enunciado, porque o dito traz consigo o seu dizer, aquilo que ele não-diz, seu não-dito. Se o enunciado demanda uma enunciação, isso quer dizer que há sempre uma (muitas) dobra(s) desta naquele, uma implicação do(s) contexto(s) no discurso, mas nenhum enunciado pode coincidir sem resto com *um* contexto, com *uma* situação, dado o caráter necessariamente múltiplo (e redobrado) dessa. O exemplo mais evidente: enunciar implica mobilizar - se apropriar, diria Benveniste (1995: 288) - uma língua com sua história coletiva e anônima, suas variações históricas e locais, língua e variações que precedem e sucederão o falante, gesto que também acarreta a inscrição do sujeito nessa história que o ultrapassa e o constitui (e que ele ajuda a constituir)³ - e, a bem da verdade, sempre se fala em mais de uma língua (ou de uma variação dela) ao mesmo tempo (o multilinguismo é originário).

1 Na tradução da tradução feita por Rodrigo Tadeu Gonçalves (2019): "Me conta sobre um homem complicado. / Musa,".

2 As formulações exatas provêm 1) da *Gramatologia*: "*Não há fora-de-texto*" (2006: 194; grifo do original), e 2) de *Limited Inc.*, em que lemos que, ao contrário, "não existe fora-de-contexto" (1991: 187; trad. modificada; cf. Camillo Penna, 2015). Agradeço a João Camillo Penna pela localização da segunda, bem como pelos esclarecimentos prestados sobre os seus sentidos.

3 Os dêiticos, indicadores, indexadores, não apenas remetem o dito ao dizer: são índices também da inscrição do corpo na linguagem, a tradução do corpo na língua, ou da língua do corpo (os gestos que indicam, apontam,

Aquilo que conhecemos como figuras de linguagem, a começar pela ironia (seja em sentido estrito, seja no amplo, dado pelo romantismo alemão) depende dessa dobra, a evidência, joga com o fato de haver uma profundidade, uma relação entre figura e fundo: é do contraste entre o dito e o dizer, do jogo entre a sua adesão e sua não coincidência que a figura tira seu efeito. Que outro nome, clássico, para as figuras de linguagem seja *tropo*, etimologicamente “virada”, é significativo: a figura é uma mudança de direção, de lugar, um deslocamento dos lugares, variação do *sentido* (é possível estar em um mesmo lugar, mas se mover ou olhar para pontos - posições - distintos: todo lugar é relacional, e se move). As figuras deixam claro que, na fala, todo *topos* é *tropos*. O agenciamento coletivo de enunciação de que falam Deleuze e Guattari (1995) também pode ser lido por essa chave: toda enunciação agencia uma multiplicidade de contextos (e tempos e historicidades), e é a fratura dessa multiplicidade, o fato de ser não-Toda, de não formar um, que permite o movimento dos enunciados (e a movimentação dos falantes). Poderíamos tentar elucidar tal agenciamento a partir das *Últimas aulas* de Benveniste, linguista e pensador responsável por trazer ao centro da cena a enunciação, a situação enunciativa, o dizer. Como se sabe, Benveniste já estabelecera o funcionamento da enunciação a partir de, ao menos, duas posições: o eu que fala e o tu ao qual ele se dirige, a primeira e a segunda pessoa, que alternarão suas posições, iterando diferencialmente, mesmo que de modo implícito, o discurso alheio em suas respostas - não só se fala de um lugar, mas *para* um (outro) lugar (frise-se o duplo sentido da preposição). Desse modo, o monólogo interior seria uma derivação do diálogo, uma “*transposição*” deste, de sua estrutura (pois falar consigo envolve também dobrar-se em falante e ouvinte), da exterioridade para a interioridade (2006: 88; grifo nosso). No seu último curso, porém, Benveniste aborda mais detidamente a “linguagem interior”, caracterizando-a como “uma linguagem *situada*, em um contexto presente”, e afirmando que

transferir essa linguagem interior – condicionada pela relação do locutor consigo mesmo em uma experiência e uma circunstância única, mutáveis – em uma forma inteligível a outros, e que perde [...] toda relação *natural* com a ocasião que foi a da linguagem interior, é uma tarefa considerável [...] Tornar inteligível a linguagem interior é uma operação de conversão que acompanha a elaboração da fala e a aquisição da escrita (2014: 132; grifos no original).

Embora aqui o linguista pareça inverter a relação de precedência entre monólogo e diálogo (a linguagem interior agora precederia a fala exterior), talvez se trate apenas de uma diferença de enfoque, e não uma contradição: pois se antes o interesse era, digamos, estrutural, a abordagem agora parece ser cognitiva (a elaboração da fala); ou seja, ontologicamente, o diálogo precede o monólogo, mas talvez onticamente, o contrário seja verdadeiro. Seja como for, o que interessa destacar é que a passagem da linguagem interior para a fala externalizada parece, nessa passagem, ao menos, demandar a operação de *ressituar*, *transpor* o discurso interno, essa linguagem situada em um contexto presente, para uma outra situação, com um interlocutor externo. Mas não seria isso o que ocorre em todo diálogo? Um intrincado e complexo jogo de situar, dessituar e ressituar o discurso, em que as posições (de falante e

remetem, para aqui, lá e para o próprio sujeito, o eu) no corpo da língua, no sopro que é a língua. A *deixis* articula a língua com a língua: dizer eu é (re)virar um(a) língua e falar é uma cópula.

ouvinte, mas também as posições da situação discursiva) não cessam de se transpor (cambiar, se alternar, se atravessar umas as coisas)? Não seria toda posição, de saída, uma transposição?⁴

2.

Em resumo: todo dito traz embutido o seu dizer, todo enunciado traz consigo sua enunciação (todo dito tem um eu, mesmo que não-dito, que o diz, mas que está implícito, redobrado no que se diz), embora a fala não possa jamais coincidir plenamente com seu contexto, devido à multiplicidade deste - pode coincidir com cada uma das situações ou posições, mas não com um Todo coerente, que é impossível. Eu sou Legião... Por isso, dizer é sempre também se contra-dizer - no fundo, o que vale é o entredito que está entre o *muito* que se diz, mesmo em silêncio: dentre os muitos lugares de que se fala, o entre-lugar (o que possibilita a transposição das posições) é aquele que possibilita dizer. Dito (tudo) isso, hoje se torna patente uma tentativa de *atrelar* ou *acorar* toda fala em *um* lugar *condizente* com ela, em uma situação definida ou definível. Noções distintas em penetração e elaboração como o de “discursos situados” ou o de “lugar de fala” apontam para ao menos duas coisas referentes à historicidade da própria enunciação na contemporaneidade, afinal, se, por um lado, toda fala é um agenciamento posicional, um arranjo, por outro, isso não quer dizer que não haja diferentes arranjos desse arranjo, com sua própria história e sua própria política. Primeiro: que o embutimento da enunciação no enunciado, o fato de que o dizer (quem, onde, quando, etc.) não precisa ser dito no que é dito, serviu, no Ocidente moderno, para mascarar o caráter marcado do não-marcado, acarretando a universalização forçada de uma posição (ou arranjo de posições) supostamente neutra no discurso, tomada como dada. Segundo, ligado ao primeiro: na medida em que não há posições que sejam de saída não-marcadas, então toda fala tem um lugar, todo discurso é situado, e este lugar de onde se fala, onde o discurso se situa, deve ser dito: é a neutralidade, o *não*-marcado que se busca marcar na demanda por situar os discursos. A enunciação deve ser enunciada - mas será possível, de fato, fazê-lo plenamente, já que eles nunca podem coincidir sem resto, sem esse resto que permite a iteração, o próprio jogo enunciativo, i.e., sem a descontextualização e recontextualização que torna possível o diálogo, que depende não só de um eu que enuncia, mas de um tu que escuta e re-enuncia, um lugar de fala e um lugar de escuta (a fala do lugar e a escuta do lugar), que se alternam, alternando os próprios lugares dos quais se fala e se escuta? A possível impossibilidade de realização da demanda, porém, longe de invalidá-la, é o que a fundamenta: toda demanda é demanda do impossível, toda demanda parte do impossível de uma situação dada, para reconfigurar o campo mesmo que define aquilo que é possível e aquilo que é impossível. Por isso, me parece (e se trata de uma hipótese) que devemos tomar essa demanda como um *sintoma*, o de que a enunciação não está mais embutida no enunciado, que ela precisa constantemente ser dita, como se não estivesse mais garantida, como se o enunciado não encontrasse dobrado em si o dizer, como se estivesse *planando* e precisasse constantemente afirmar a sua ancoragem perdida, e como se esta fosse uma garantia para o que se diz, um fiador, muitas vezes numa espécie de tentativa de fazer coincidir (condizer) a fala com o lugar de que se fala, substancializando posições, como se a dobra entre figura e fundo, fala e lugar, enunciado e enunciação

4 Para uma elaboração mais detalhada das noções expostas nesse primeiro parágrafo, cf. Nodari, 2024.

(sem a qual nenhuma fala tem lugar) tivesse se tornado plana. Buscaremos, assim, realizar aqui uma *sintomatologia*: tentar entender como isso veio historicamente a acontecer (genealogia), mas também tentar compreender o que isso significa, seu sentido (para onde vai).⁵

3.

Recentemente, Lucius Provase (2016) aventou a hipótese da “perda do lastro discursivo”, que teria começado a se dar a ver nos anos 1960. Em paralelo (ou, numa analogia no sentido forte do termo) com o abandono do ouro como lastro das moedas nacionais, consagrado no Acordo de Breton Woods, teria havido também um processo de desuso do padrão compartilhado que garantia um solo comum para o uso da linguagem. É evidente que tal lastro compartilhado da linguagem era tão “artificial”, “convencional” ou parcial quanto o “ouro” (i.e., o *valor* que se confere convencionalmente ao minério com esse nome). É evidente também o seu caráter excludente (a censura que implica), e sua incapacidade de lastrear toda fala (assim como sempre houve moedas paralelas e clandestinas, lastreadas de modos outros, também sempre houve falas não lastreadas por tal padrão convencionado). É evidente, por fim e sendo redundante, que a convenção discursiva implicava uma *construção* amparada por (e que amparou) uma série de instituições modernas: os Estados e direitos nacionais, a imprensa, as literaturas escritas, o sistema educacional, a ciência, etc., em suma, a esfera pública moderna. Seja como for, e apesar dos muitos e variados modos de ingresso desse padrão discursivo em diferentes setores, lugares, povos, etc., não se pode negar a hegemonia que ele exerceu por muito tempo, e que agora se encontra profundamente abalada - eis a tese da perda do lastro discursivo, que não implica que os discursos não tenham mais lastro, e sim que não haja mais um lastro hegemônico, um lastro compartilhado (mesmo que imposto à força física e simbólica). As instituições que o garantiam e que eram por ele garantidos são cada vez mais contestadas de todos os lados: está em xeque (para dizer o mínimo) o papel mediador (como aquele exercido na moeda pelos bancos centrais, ou o sistema bancário como um todo) da imprensa, da ciência, da escola, das instituições políticas, que autorizavam, conferiam lastro aos discursos. Pois, para coligar o conceito de Provase ao nosso vocabulário, poderíamos dizer que o papel do lastro discursivo era não só o de medi(a)r os múltiplos discursos, mas também o de criar uma espécie de terreno em que a multissituacionalidade de todo discurso como que tendencialmente (e só tendencialmente) desse lugar a uma situação enunciativa ideal, que, ao mesmo tempo, seria sem situação (as condições *normais* de temperatura e pressão, por assim dizer, que não tem nada de normais, sendo um padrão experimental que nunca existe por si⁶): o do diálogo entre cidadãos abstratos, esvaziados, iguais, i.e., equalizados (ou, no cenário internacional, entre Nações, tomadas como iguais): uma *u-topia* (ausência de lugar e lugar ideal), terraplanagem contextual.⁷ A essa utopia se sucedeu a heterotopia que

5 O termo vem de Nietzsche, embora o exercício aqui proposto e a minha abordagem estejam longe de ser nietzscheanos.

6 O lastro operava como o Maior deleuziano: não existe em si - é uma abstração -, mas é um padrão que modela e se impõe

7 São, poderíamos aventar, inúmeros os fatores que levaram à perda do lastro discursivo: os movimentos de minorias e de descolonização (guerras de libertação, movimentos de minorias de raça e gênero, resistências a

hoje vivenciamos⁸, por vezes caracterizado com o rótulo “guerras culturais”, invocado para dar conta da disputa hoje em jogo em torno à perda do lastro, mas que termina por falsamente simetrizar posições de natureza distinta. Afinal, há uma diferença incontornável de direção entre, de um lado, a operação conservadora e neo-fascista (se é que se tratam de coisas distintas...) de caracterizar notícias da imprensa como falsas (*fake news*) e de criar “fatos alternativos” a elas (os quais, evidentemente, são falsos), e mesmo veículos de pseudo-jornalismo, etc., e, de outro, a estratégia do que certos setores sociais e políticos convencionaram chamar pejorativamente de “identitarismo”, muitas vezes associado com a reivindicação da ideia de “lugar de fala”. De um lado (à direita), trata-se de cinicamente fazer uso da perda de lastro, com o intuito, porém, de *restaurar* algum lastro universal (a *forceps*, como todo universal), pois os fatos alternativos não são alternativas aos fatos, continuam sendo fatos, embora *outros* - no momento em que reescrevo esse texto, cinco anos após sua redação inicial, o novo lastro universal proposto atende pelo seu nome anglo-americano de “senso *comum*”, termo invocado seguidamente pelo presidente estadunidense Donald Trump desde a posse contra a “cultura

regimes ditatoriais, revolução cultural e comportamental, libertação sexual, alfabetização massiva, etc.), que, de 1960 para cá, não cessaram de crescer e se multiplicar, com sua contestação radical dos universais (ou seja, com a denúncia de que o lastro comum era, na verdade, um lastro particular tomado como universal, ou de que o universal era, no fundo, bem particular); a “globalização” (seja o que for o que se chama por esse nome), que acelerou vertiginosamente a sobreposição de contextos ou situações enunciativas e, se por alguns poucos anos (os de 1990), vendeu a promessa de um universo discursivo e cultural comum (o neoliberal de extração ocidental, evidentemente), logo teve a sua verdade materialmente revelada como a da livre circulação só de mercadorias (e mais especialmente, aquelas do Norte global); o fim dos grandes relatos, ou o fim da história, ou seja, a incapacidade do lastro compartilhado se legitimar, dar sentido; e, finalmente, a *internet* (com especial destaque para o fenômeno mais recente das redes sociais) que veio a substituir a esfera pública moderna, a qual, hoje, se encontra submetida a ela (pra citar o bordão de McLuhan: o meio é a mensagem....).

8 É significativo que Provase demonstre sua hipótese a partir da poesia, mais especificamente a partir de *Galáxias*, de Haroldo de Campos. Afinal, um dos sintomas da perda do lastro discursivo no campo artístico é o recente interesse do público-leitor (que se diversificou) e das instituições de educação, bem como a atenção editorial e das premiações a autores de setores subalternizados, que não tinham lugar no lugar institucionalmente “literário” - e questionar se isso se dá por “representatividade” ou por “valor” estético (essa variante sublimada artisticamente da ideia de “meritocracia”) é cair no engodo de que o “valor” é não-marcado, e não um valor situado. Contudo, o que está em jogo na “representatividade” não é a simples ampliação de um espaço dado (a literatura, a poesia, o cânone), ainda que essa pareça ser a estratégia da arapuca armada pela sua captura comercial, mas o que constitui (*o que é*) esse espaço. Assistimos hoje uma modificação substantiva na leitura de poesia: se, antes da perda do lastro discursivo, o regime de legibilidade de um poema (as categorias teóricas ou intuitivo-sensíveis pelas quais lemos poesia) era dado *a priori*, agora, cada poema precisa instaurar os seus protocolos de leitura, definir o que é a poesia - o que Provase chama de “ontologia variável” do poema. Não é possível ler, por exemplo, digo agora eu, os poemas da escritora indígena Márcia Kambéba, que ela própria seguidamente caracteriza como “poemas pedagógicos”, do mesmo modo que lemos os poemas de Haroldo de Campos (para ficar com o nome recém citado). Não é só que a “função” da poesia seja diferente nos dois autores, pois poderíamos invocar como termo de comparação aproximativa o poema “A posse” (2003), escrito por Haroldo quando Lula assumiu a presidência pela primeira vez, de claro teor panfletário e que, com algum (mas não muito) esforço, poderíamos caracterizar de pedagógico. É a natureza mesma do que é a poesia que é distinta nos dois poemas, que se lastreiam em lugares distintos e de modos também distintos: não se pode dizer dos poemas panfletários ou pedagógicos de Haroldo o que a Kambéba diz dos seus, a saber, “poemas pedagógicos, nos quais a *floresta* encontra um espaço para falar” (2020: s.p.). O que significa conceber a poesia como um espaço em que a floresta em si fala?, como *escutar* essa fala?

woke”, as “elites intelectuais”, etc.⁹ De outro, trata-se de contestar o caráter universal(izante) do lastro, a violência de sua hegemonia e de afirmar a possibilidade de outros (múltiplos) lastros (note-se, ainda, a captura cínica desse procedimento por setores privilegiados, que se afirmam minoritários e excluídos, vitimizados pelo que chamam de “globalismo”). Se, em ambos os casos, não se trata de contestar que os discursos têm e devem ter lastro (na “realidade”, na convenção, na vivência, seja o que for), as posições (os *topoi*) divergem radicalmente *no que* disputam, a saber, como, de que modo, e que mecanismos e agentes fazem com que a linguagem se relacione com a verdade, a referência, o real. Contudo, as diferentes posições não se situam num terreno comum, que não existe mais: a disputa é, assim, *atópica*. A perda do lastro discursivo compartilhado implica a instauração do paradoxo do observador (a teoria da relatividade levada até as suas últimas consequências) no campo da linguagem.

4.

Parte da esquerda, especialmente a marxista, sempre ciosa em achar culpados entre suas próprias fileiras e promover seus expurgos periódicos, não deixou de atribuir, como uma espécie de vingança compensatória de seus próprios fracassos em entender a nova conjuntura, a responsabilidade pelo atual cenário (a “pós-verdade”, a “contestação” da ciência, as “fake news”, o “identitarismo”, a disseminação da noção de “lugar de fala”, o “relativismo” - todas as aspas são poucas) ao que chama de “pós-modernismo”, algo que não existe, um rótulo criado pelas universidades norte-americanas (com seu gosto por *brandings*) para abarcar uma multiplicidade de pensadores, e ao qual ela adere acriticamente (para não dizer que compra) quando convém, como sói. Tomemos aquele que talvez seja o coração de tal “pós-modernismo”, Michel Foucault. As investigações foucaultianas sobre os laços entre o saber e o poder, sobre o atrelamento das práticas de verdade com práticas judiciais (por exemplo, Foucault, 1996), ou, de um modo mais geral, sobre o caráter histórico do que se toma como regime de verdade, não vinham só contestar, de modo celebratório, a pretensão universalizante do discurso moderno (a ciência, a sexualidade, o Estado). Mais do que isso, tratava-se de evidenciar a contingência, logo, a precariedade, de toda formação discursiva, de todo lastro, e, portanto, poderia (e deveria) ter servido de alerta: é justamente porque, por exemplo, o sistema científico moderno é historicizável que ele não pode ser tomada como dada - sua legitimidade não está garantida. Foucault jamais advogou por um regime de pós-verdade, isento da verdade; pelo contrário, como um exemplar dos mais lúcidos pensadores ocidentais do século XX, sabia muito bem que toda formação social, enquanto formação discursiva e de poder, se lastreia em um regime de verdade (ou vice-versa, tanto faz), assim como, em seu famoso texto sobre a crítica, insistia

9 Cf:

1) https://www.em.com.br/internacional/2025/02/7050244-trump-oferece-solucoes-baseadas-no-senso-comum-diz-historiadora.html#google_vignette

2) https://oantagonista.com.br/analise/trump-a-revolucao-do-senso-comum-e-o-fim-da-cultura-woke/#google_vignette

3) <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/20/fala-de-trump-tera-promessa-de-revolucao-do-senso-comum-adianta-imprensa.htm>

A lista poderia se estender longamente, já que, até para amparar a ordem executiva determinando o *retorno* dos canudos de plástico em substituição aos de papel, Trump invocou o “senso comum”.

que esta não consistia em pensar e agir de modo a não ser governado em absoluto, mas em pensar e agir de modo a não ser governado desse ou daquele modo (Foucault, 1990). Sempre há uma forma de saber-poder agindo, assim como sempre há resistências múltiplas, divergentes e contraditórias a ele, que aos poucos o vão transformando em outra forma. Culpar o mensageiro pela mensagem nunca foi uma estratégia eficaz.

5.

É evidente que o pensamento de Foucault, enquanto metonímia do espantalho que atende pelo nome de “pós-modernismo”, sintomatiza (e, em menor grau, participa d) o processo de perda do lastro discursivo. Mas, assim como os fatores que levam a esse são variados e não convergentes, talvez fosse mais proveitoso à esquerda (marxista) realizar a genealogia de tal processo de modo não narcísico (pois é muito fácil afirmar que as vitórias do inimigo decorrem de erros seus, ou de *desviados* seus...). Se Lucius Provase está correto em situar o ápice (ou o ponto de viragem) da perda do lastro discursivo nos anos 1960, então podemos supor que a data-marco que tem em mente é 1968. É ali que o “pós-modernismo” ganha o centro da cena, e, mais importante do que isso, é ali que movimentos, diversos e distintos entre si, convergem, de modo muitas vezes conflitivo e contraditório, numa crítica radical ao regime moderno que se instaura no Iluminismo. Minorias raciais e sexuais, anti-colonialismo, um operariado que começa a se precarizar, etc., contestam diretamente as instituições modernas e aquilo que, ao mesmo tempo as ampara e as quais ela ampara: o lastro discursivo hegemônico moderno. Mas é ali também que se inicia a reação. O indício mais claro é a disseminação ou radicalização da doutrina da segurança nacional, gestada na França como resposta às lutas anti-coloniais, e que logo se espalha, por iniciativa do Departamento de Estado norte-americano, ao redor do mundo ocidental. Como que um estado de exceção decretado para manter a ordem do lastro discursivo, tal doutrina, como todo estado de exceção, deve aprofundar a anomia que visa combater, e a ordem mantida por ela pode muito bem ser já de outra ordem, uma outra (nova) ordem, a mesma, mas agora diferente. Tomemos o caso brasileiro. A decretação do AI-5 se dá, e é precedida, por um reconhecimento claro de que não havia perigo de uma vitória “comunista” dentro dos moldes do padrão discursivo hegemônico, i.e., que não havia perigo de “conscientização” ou “convencimento” da população brasileira da superioridade do “comunismo”. O inimigo agora era outro, não visava disputar *dentro* do lastro, mas *minar* o lastro: não era a disputa de “ideias” que preocupava a ditadura, mas as tentativas de solapar as próprias bases da sociedade brasileira, os seus costumes (religião, família, etc.). Daí a atenção da repressão e da censura ao que se chamou de “contra-cultura”, as revoluções comportamentais. E daí também, para além de procedimentos negativos (repressores), a utilização de procedimentos positivos (ativos), como a disseminação, por parte de agentes do regime, de técnicas de “contra-informação” (termo antigo que equivale ao atual “fatos alternativos”), que metonimicamente representavam a assunção do novo campo de batalha. É nesse contexto, em que os militares leem Gramsci, e, de certa maneira, são mais gramscianos que a esquerda brasileira da época o era, que Olavo de Carvalho se forma. O bolsonarismo não é um produto da “nova” (ou “novíssima”) esquerda, mas a continuação (pelos mesmos e outros meios) dos mecanismos de eliminá-la (vide o fantasma, entre outros, da internacionalização da Amazônia, criado pela ditadura e fomentado até hoje). E, de fato, desde 68, o que vivemos

é uma longa reação. A captura neoliberal do discurso da diferença (a conversão algorítmica de minorias em nichos de mercado: “Coca-cola, viva as diferenças”), a sua mercantilização, é uma reação. As ditaduras militares das periferias do Ocidente não foram apenas laboratórios econômicos para o neoliberalismo (como o Chile de Pinochet para a Inglaterra de Thatcher). Mais do que isso, foram laboratórios psico-sociais para a guerra em curso. A perda de lastro discursivo é um ponto de divergência ou disjunção, um campo de disputa, um verdadeiro campo minado.¹⁰

6.

E talvez estejamos subestimando as minas que estão distribuídas pelo campo. Pois a cada vez que pisamos nele (a cada vez que falamos, ou mesmo a cada vez que tentamos ancorar, lastrear nosso discurso), ativamos um algoritmo. Pois, assim como o abandono do padrão-ouro implicou uma *virada especulativa* na economia global (identificada com a passagem do capitalismo produtivo para o financeiro, do material pro imaterial), a perda do lastro discursivo parece gerar um intenso processo de *especulação sobre a linguagem*, incluindo a criação de mecanismos financeiros que fomentam, capitalizam e mercantilizam tal processo. Vide as redes sociais, e seu corpo mole, para dizer o mínimo, em cortar a disseminação das *fake news* e os discursos de ódio, ao mesmo tempo em que promovem - dizem promover - a diversidade, lucrando aqui e acolá (atitude que já se modificou com a nova eleição de Trump). Pois, a bem da verdade, se o padrão ouro foi substituído pelo padrão dólar, em que a moeda lastreia a si mesma, talvez o mesmo tenha ocorrido diante da perda de lastro discursivo: agora talvez a linguagem lastreie a si mesmo, ou, sendo mais claro, os discursos (seja os desacoplados de seu contexto, seja o próprio processo de sua tentativa de reacoplagem) são lastreados pelos algoritmos. O longo processo de cunhagem de moedas que se iniciou, como aponta Marc Shell (1993a, 1993b), com uma equiparação do dinheiro à linguagem culmina agora na equiparação da linguagem ao dinheiro, ou melhor, na sua equivalência. A perda do lastro é ela mesma lastreada pelos algoritmos, numa operação linguístico-financeira em que a especulação linguística é inseparável da financeira.

7.

Tornou-se um lugar comum afirmar a incapacidade das pessoas compreenderem ironias nas redes sociais, ou mesmo diferenciar notícias “verdadeiras” das “falsas”. O que pouco se nota, porém, é que se trata de uma dificuldade de ordem *objetiva* (que passa, inclusive, embora não só, pelo tamanho das telas dos gadgets, que induzem à leitura de manchetes, não de textos), que diz respeito ao formato mesmo das redes, em que cada discurso é enunciado não de um ponto de vista concreto com sua multissituacionalidade, mas de um ponto abstrato numa rede de pontos supostamente iguais (lastreados algorítmicamente), ou seja, *utópica-*

10 O argumento das linhas precedentes (com exceção da menção ao bolsonarismo) encontram-se melhor desenvolvidas em minha tese de doutorado (Nodari, 2012), a qual, porém, em sua hipótese principal, envelheceu rapidamente, com a ascensão do poder dos algoritmos.

mente, sem lugar, sem contexto rastreável (ou de difícil rastreamento): qualquer um que já tentou reconstruir o debate numa rede social se deparará com a dificuldade enorme de tentar entender de onde ele surgiu e para onde ele foi ou vai. Se toda figura de linguagem depende de uma relação de profundidade entre enunciado e enunciação, de uma dobra deste naquele, hoje, o que vemos é uma espécie de planificação da linguagem, em que a dobra se tornou impossível. A linguagem se tornou plana, e a iterabilidade derivada do excesso situacional e que possibilitava a transposição enunciativa deu lugar a viralização advinda da abstração situacional e que fomenta o lastreamento algorítmico. A linguagem se tornou viral.

8.

As questões que se colocam, assim, dizem respeito às possíveis estratégias diante desse cenário, e que por enquanto, para mim, permanecem ainda questões: é possível *objetivamente* ancorar os discursos em um contexto no contexto das redes e dos algoritmos?, é possível, frente ao capitalismo convertido em especulação sobre a linguagem, pensar em uma especulação linguística, ou uma linguagem especulativa, de outra ordem, em que a equivalência abstrata (entre discursos, entre pontos da rede, entre, num plano abstrato, lugares de fala distintos) dê lugar à equivocação concreta (frise-se que a distinção entre abstrato e concreto não coincide com aquela entre imaterial e material, e que a própria tentativa de fazer aderir a fala a *um* lugar implica uma abstração dos lugares *outros*)? Quando a linguagem se torna dinheiro, como fazer com que seja possível ainda falar de fato?

Agradecimentos

Agradeço a leitura comentada da versão anterior desse texto, de 2020, realizada por Lucius Provase, Moysés Pinto Neto e Mariana Ruggieri.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. I. 4. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, UNICAMP, 1995^a.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

CAMILLO PENNA, João. “A última palavra – Derrida, leitor de Blanchot”. Em: Eyben, Piero; Wallace Rodrigues, Fabricia (orgs.). *Cada vez o impossível – Derrida*. Vinhedo: Horizonte, 2015, pp. 358-83.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 2. Coordenação da tradução por Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Limited Inc.*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la Critique?. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, t. LXXXIV, année 84, n.2, p.35-63, avr./juin, 1990.

CONÇALVES, Rodrigo Tadeu. O homem complicado. *Revista Helena*, n. 11, 2019. Disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Helena/Noticia/O-homem-complicado>. Data de acesso: 10 jan. 2025.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Saberes da Floresta*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

NODARI, Alexandre. *Censura: ensaio sobre a "servidão imaginária"*. 2012. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

NODARI, Alexandre. *A literatura como antropologia especulativa (conjunto de variações)*. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2024.

PROVASE, Lucius. *Lastro, rastro e historicidades distorcidas: uma leitura dos anos 70 a partir de Galáxias*. 2016. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, 2016.

SHELL, Marc. *Money, language and thought: literary and philosophic economies from medieval to the modern era*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993a.

SHELL, Marc. *The economy of literature*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993b.